

**O DESENVOLVIMENTO SÓCIO ECONÔMICO E AS POLÍTICAS
PÚBLICAS DE
INVESTIMENTO NA REGIÃO NORDESTE.**

Francisco do O' de Lima Júnior
Professor do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri –
URCA
Rua Cel. Antônio Luiz 1160, Pimenta, Crato-CE. Cep.: 63100-000
Tel.: 523-3756 (Departamento de Economia)
Email: economistalj@hotmail.com

Anderson da Silva Rodrigues
Professor do Departamento de Economia Universidade Regional do Cariri – URCA
Mestre em Economia, CAEN, Universidade Federal do Ceará
Rua Cel. Antônio Luiz 1160, Pimenta, Crato-CE. Cep.: 63100-000
Tel.: 523-3756 (Departamento de Economia)
Email: andersonrodrigues@baydejb.com.br

RESUMO

O presente artigo investiga a relação existente entre variáveis de políticas públicas e a evolução de indicadores de qualidade de vida da população no Nordeste para o período 1980-98. A metodologia baseia-se na utilização de um modelos de regressão múltipla cuja variáveis dependentes são indicadores sociais, e variáveis independentes são proxies que medem o esforço do poder público em promover o desenvolvimento (recursos do FINOR, formação bruta de capital fixo do setor público, renda *per capita*, e consumo do governo). Os resultados indicam que a renda *per capita* e FINOR não apresentaram efeitos significativos sobre a qualidade de vida da população nordestina, a formação bruta de capital fixo do setor público apresentou efeito significativo e negativo para a maioria dos indicadores, o consumo do governo mostrou impacto positivo e significativo sobre os indicadores de qualidade de vida.

Palavras-Chaves: Economia Regional, Políticas Públicas, Desenvolvimento Econômico.

Departamento de Economia
Universidade Regional do Cariri – URCA

Crato – Ceará, Março/2002

1. Introdução

As diferenças do nível de desenvolvimento entre determinadas regiões serviram de marco para os debates realizados pelas diversas linhas do pensamento econômico. Uns associaram desenvolvimento ao dinamismo de algumas variáveis econômicas enquanto outros propuseram este como condição ao desenvolvimento, que se constitui num processo mais profundo de transformações.

Para superar as disparidades regionais foram estabelecidas uma série de medidas a partir da década de 60, baseadas no diagnóstico cepalino que propunha o Estado desenvolvimentista. Nele, o setor industrial se apresentava como capaz de alavancar o desenvolvimento nordestino, região mais atrasada, através de programas governamentais, criação da SUDENE como fomentadora do processo de mudanças.

Os instrumentos utilizados seriam as injeções de recursos públicos por inversões em infra-estrutura e no setor produtivo, somado aos esforços dos incentivos fiscais e aos recursos do Fundo de Investimento do Nordeste – FINOR. O consumo do governo seria mais uma forma de agregar esforços por parte do Estado.

Assim, a atividade econômica dos Estados da região Nordeste se mostrou mais dinâmica do que a do país como um todo a partir de então, com altas taxas de crescimento. O PIB nordestino nos anos 80 cresceu a uma taxa de 3,3% ao ano, enquanto o nacional foi de apenas 1,6% no mesmo período.

Entretanto, ao lado do sucesso das medidas públicas de desenvolvimento, ocorreu um significativo descompasso na evolução dos indicadores sociais. O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) que busca mensurar qualidade de vida por elementos quantitativos como esperança de vida ao nascer nível educacional e renda, indicou o Nordeste como a pior região apresentando em 1996, um índice de (0,608) enquanto a média nacional foi de (0,830).

Desta forma, o presente trabalho busca analisar, quantitativamente, a relação existente entre os instrumentos de políticas públicas de desenvolvimento implementadas e a melhoria de alguns indicadores sociais básicos. A metodologia consiste na utilização de um modelo de regressão múltipla cujas variáveis independentes (Consumo do Governo, Formação Bruta de Capital Fixo do setor público, PIB *per capita* e volume despendido pelo FINOR) tentam representar a ação governamental no tocante às inversões públicas e crescimento econômico, enquanto as variáveis dependentes são proxies que tentam medir qualidade de vida da população. O trabalho busca analisar tais efeitos subdividindo em ambos os casos a

amostra em três subamostras a saber: população residencial total, população urbana e população rural.

Ou seja, buscou-se observar o efeito exercido por consumo do governo, FBKF do setor público, recursos do FINOR e PIB *per capita* sobre o abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica e escolaridade média para a região Nordeste, relacionando sua populações totais, urbanas e rurais a fim de se estabelecer um comparativos entre estas realidades.

A determinação das variáveis independentes (Consumo do Governo, FBKF pública, liberações do FINOR e PIB *per capita*) deu-se a partir de dados das contas regionais da SUDENE para as décadas de 80 e 90, se constituindo em índices com base no ano de 1980. As variáveis dependentes referem-se a dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) relacionando-os a condições de abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica e taxa de escolaridade para as populações total , urbana e rural. Estas ficaram assim definidas:

- Abastecimento de água total (ANET), abastecimento de água urbano (ANEU) e abastecimento de água rural (ANER)
- Esgotamento sanitário total (ESNET), esgotamento sanitário urbano (ESNEU) e Esgotamento sanitário rural (ESNER)
- Energia elétrica total (ENET), energia elétrica urbana (ENEU) e energia elétrica rural (ENER)
- Escolaridade média total (EMNET), escolaridade média urbana (EMNEU) e escolaridade média rural (EMNER)

Foram realizadas alguns testes estatísticos tradicionais como coeficiente de determinação ajustado, os teste t e F, assim como o teste Durbin-Watson. Ademais foram usados outros instrumentos com intuito de enriquecer a análise. Tendo em vista a probabilidade das variáveis dependentes apresentarem defasagem nos seus efeitos em relação às explicativas, realizou-se também regressões com efeito defasado. Para isto, foi utilizado o critério de Akaike que consiste num teste para escolha do nível de defasagem mais adequado, que se constituiu num período de dois anos. Entretanto, esta estatística não deve ter seu valor superdimensionado nas conclusões. Finalizando os instrumentos de análise, usou-se também um teste de quebra estrutural (teste de Chow), de forma a verificar qual ou quais os anos caracterizados por uma inflexão nos efeitos das políticas públicas.

Para cumprir os objetivos, o trabalho está dividido nas seguintes partes além

desta introdução: inicialmente uma seção com discussões a cerca de desenvolvimento e políticas públicas onde se deu-se uma fundamentação teórica a estes conceitos, trazendo a evolução das políticas públicas de desenvolvimento e o crescimento ocasionado por elas no Nordeste. Segue então a seção contendo as discussões dos resultados. Finalizando, apresenta-se as conclusões obtidas. Espera-se a compreensão da limitação da análise aqui feita principalmente quanto a insipiência dos dados e muitas vezes até ausência de observações para alguns anos nas séries utilizadas.

2. Desenvolvimento e Políticas Públicas no Nordeste

2.1. Abordagem Teórica

Após a Segunda Guerra, a temática sobre desenvolvimento econômico emerge intensamente enquanto problema. Algumas nações experimentavam forte crescimento econômico enquanto outras permaneciam estagnados por longo período.

No processo de discussões a cerca das causas para estas diferenças, surgiram várias explicações consistindo-se em acentuados debates. Entretanto, segundo SOUZA (1997) não existe uma definição universalmente aceita de desenvolvimento. As principais abordagens podem ser reunidas em dois grupos sendo, de acordo com o mesmo autor, assim caracterizados:

A primeira corrente, de inspiração mais teórica, considera crescimento como sinônimo de desenvolvimento. Já uma segunda corrente, voltada para a realidade empírica, entende que o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente. SOUZA (1997, p.20)

Esclarecendo como cresce a riqueza de um país no seu clássico “A Riqueza das Nações” (1776), Adam Smith fundamenta a igualdade entre crescimento e desenvolvimento. Segundo ele, o fator dinamizador é a expansão dos mercados, permitindo queda nos custos médios de produção. O desenvolvimento ocorre com o respectivo aumento do trabalho produtivo elevando a renda média. A tendência a longo prazo seria a redistribuição da renda entre os proprietários dos fatores de produção, melhorando-se o padrão de vida da população.

Para as explicações que convergiram nesta linha, um país é subdesenvolvido porque cresce menos, apesar de existirem nele recursos ociosos como mão-de-obra. A subutilização destes fatores faz a economia crescer abaixo de suas potencialidades mantendo pouco dinamismo na expansão do seu PIB e, portanto, da sua renda per capita, pois não há aumento da riqueza.

Paralelamente, a outra corrente apresenta propostas contrapondo-se a este

conceito de desenvolvimento. Para eles o crescimento é uma simples variação do produto. O PIB, por se tratar de variável agregada não revela a distribuição entre os proprietários dos fatores de produção (capital e trabalho). Neste mesmo sentido, a variação da renda per capita não oferece parâmetros que possam evidenciar desenvolvimento e por consistir-se numa média, omite a desarmonia da distribuição de renda, que se mostra altamente concentrada nos países subdesenvolvidos. Outro viés da renda per capita é a sua constituição de resultante de consumo.

Desmistificadas a fábula das duas variáveis, esta corrente tenta quebrar também o ilusionismo do crescimento, demonstrando os efeitos perversos que ele pode causar como concentração de renda, transferência de renda ao exterior trazida pela abertura que o crescimento obriga, queda de salários limitando crescimento de setores populares como alimentos e o pouco dinamismo do mercado interno afetando o desenvolvimento das empresas tradicionais.

Na primeira corrente, enquadram-se modelos tanto de inspiração neoclássica como Meade e Solow, quanto de inspiração keynesiana, como Harrod, Dowar e Kaldor. Na segunda corrente estão Lewis, Hirshman, Mirdal e Nurkse que embora sejam economistas ortodoxos, chegaram a conclusões mais condizentes com a realidade dos países subdesenvolvidos. (Souza, p.20).

A partir da década de 50, a Comissão Econômica para América Latina – CEPAL agregando economistas de tradição marxista e orientação crítica, elaboram modelos de desenvolvimento assumindo proposições da segunda corrente. Entre os Cepalinos destacam-se Prebisch, Furtado e Singer os quais fornecem elementos para planos cujos objetivos eram erradicar o subdesenvolvimento da América Latina. Tendo por base o amplo mercado interno que se sustenta no crescimento industrial, os economistas do desenvolvimento sugerem projetos de investimentos que atendem as necessidades de acumulação industrial do Brasil. Esta abordagem, vai contra a teoria das vantagens comparativas que compreende a divisão internacional do trabalho como mecanismo de transferência, entre os países, dos benefícios da especialização na produção através da redução de custos. Segundo a mesma, o Brasil deveria permanecer exportador de bens primários.

A CEPAL atribuía a esta divisão do trabalho entre as nações, uma das causas do subdesenvolvimento. A fundamentação para tal ideologia afirmava-se na deterioração dos termos de troca manifestada na evolução dos preços dos bens primários no mercado externo, que revelava crescente desgaste afetando

negativamente os países produtores. Enquanto isso, produtos manufaturados mantinham-se relativamente valorizados auferindo vantagens aos países industrializados. Portanto, as forças do mercado internacional beneficiavam então os países desenvolvidos em detrimento dos subdesenvolvidos.

A proposta cepalina era a superação deste entrave através de gradativas inversões no setor industrial impulsionando o processo de industrialização sem entretanto deixar de manter os níveis de emprego por meio do setor primário que seria modernizado. Medidas auxiliares reforçariam as condições conjunturais propícias que diminuiriam as disparidades, como: reforma agrária, planejamento econômico, administrativo, educacional, etc. O impacto positivo seria verificado com profundas transformações qualitativas na composição da demanda, da produção e do emprego, como também do comércio exterior

As carências apontadas para os países latino-americanos foram na infraestrutura (energia, transportes e comunicação), na produção agrícola (insuficiência no setor de alimentos) e na oligopolização da comercialização agrícola. As principais sugestões giraram em torno da maior atuação do Estado através de políticas públicas específicas para superação destas carências.

A intervenção através de políticas públicas se dá através de medidas que as caracterizam. KON (1994) caracteriza políticas públicas como uma série de ações ligadas à formulação de decisões tomadas pelas autoridades governamentais, envolvendo fins e aspirações de uma sociedade moderna, através do uso de meios adequados.

Desta forma, as políticas públicas são ordenadas de acordo com os objetivos que pretendem atingir. Podem ser políticas de relações externas, políticas de defesa nacional, políticas sociais e políticas econômicas. As medidas que visam atingir o desenvolvimento não são caracterizadas apenas como políticas econômicas, mas também como políticas sociais, pois afetam os fatores que determinam o nível e a qualidade de vida assim como as relações sociais da população.

Segundo GOMES & VERGOLINO (1995), o Estado tem as seguintes atribuições: supridor de serviços públicos, empregador, regulador do serviço privado, coordenador de suas ações, agente de transferências a pessoas, investidor, financiador e supridor de fundos para investimentos privados. A atuação governamental que determina as políticas públicas se dá na elaboração de medidas em qualquer uma destas funções.

Para conhecer o perfil das políticas de desenvolvimento é relevante ter noção da influência de algumas das atribuições enquanto papel indutor exercido pelo governo. Entre elas destacam-se a de regulador do setor privado, investidor, financiador e supridor de fundos para investimentos privados.

As principais ações governamentais no sentido de induzir o desenvolvimento foram estratégicas nestas funções. Regulando o setor privado, o governo pode adequar as ações privadas a uma visão de interesse coletivo. Como ainda enfatiza GOMES & VERGOLINO (1995), se enquadram aqui a maior parte dos planos e programas governamentais que concedem medidas, leis e decretos instituindo vantagens à instalação industrial.

Para garantir a eficácia nestes planos, o Estado recorre a outros instrumentos dentre os quais podemos destacar a função de investidor. A garantia de infra-estrutura como fonte de energia, transporte e saneamento são fatores fundamentais ao desenvolvimento. Na qualidade de investidor direto, o Estado e as empresas públicas foram responsáveis por metade da formação bruta de capital fixo (FBKF) nordestino nas últimas três décadas.

Quanto ao financiamento do investimento e suprimento de fundos, parte significativa dos investimentos privados é realizada com recursos públicos. É evidente a importância dos órgãos e agências do governo na função de gerenciadora deste mecanismo.

Contudo, a implementação de políticas sustentadas nestas medidas podem apresentar alguns estrangulamentos. Entre eles, a pouca ênfase nas demais atribuições do Estado, cuja harmonia dos setores que atingem são condições para o desenvolvimento, como educação, moradia e saúde. Outra dissonância é a visível tendência de encolhimento do Estado através do aumento da ação privada tanto em montante quanto em concessões.

A partir de inícios dos anos 90, a ONU inicia intenso trabalho na busca de concretizar a mensuração do desenvolvimento sócio-econômico. O objetivo seria diagnosticar efetivamente as disparidades existentes na comparação do nível de vida entre os países ou regiões. Em 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) lança o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Este se constitui numa medida para a verificação do processo sócio-econômico por incluir no seu cômputo variáveis qualitativas. O IDH é composto por um indicador de longevidade (esperança de vida ao nascer), um indicador do nível educacional

(combinação de taxa de alfabetização e taxa de matrícula) e um indicador de renda (PIB per capita) Quanto mais próximo da 1, mais desenvolvida se revela a região.

O IDH calculado para o Brasil nos anos de 1991, 1996 e 2000 foram respectivamente de 0,644; 0,732 e 0,747, o que vem demonstrar uma evolução de melhorias no quadro social nacional.

Torna-se então visível o quão expressivas são as discussões acerca do desenvolvimento sócio-econômico. Num âmbito dominado por rápidas mudanças, no qual a persistência ou até intensificação de disparidades tem-se mostrado completamente inviáveis, faz-se necessário evitar a perpetuação destas disparidades não permitindo que a inserção brasileira nos novos padrões de desenvolvimento mundiais se dê a partir da desigualdade.

2.2. As políticas públicas de desenvolvimento praticadas no Nordeste

As intensas desigualdades econômicas observadas entre regiões ou países industrializados e aqueles que não se industrializaram induziram, sobretudo após 1950, estudos e pesquisas que tinham como tema a questão regional. Tais desigualdades caracterizaram-se não apenas pela presença ou não de industrialização, mas pelo elevado nível de bem estar social e material atingido por países industrializados, caracterizando-os como desenvolvidos economicamente.

Emerge então, um conjunto de idéias, principalmente nos países subdesenvolvidos, propondo a existência de uma relação direta entre desenvolvimento econômico e industrialização. Em consequência disto, a atuação das políticas públicas a partir da década de 50 passa a canalizar então recursos para o setor industrial, considerando-o como saída da condição de subdesenvolvido.

No Brasil, a efetivação da atividade manufatureira havia se dado através do processo de substituição de importações como resposta indireta às políticas econômicas. Estas até então não apresentavam objetivos específicos industrializantes. Tal processo se constituiu na via de menor resistência para o desenvolvimento industrial dos países subdesenvolvidos. Como pondera TAVARES (1982), a substituição de importações pode ser considerada um desenvolvimento parcial que repete aceleradamente a experiência de industrialização dos países desenvolvidos, apesar das condições históricas, econômicas e sociais completamente diferentes. Esta menor resistência refere-se ao quadro permitido pelo condicionantes da economia primário-exportadora o qual deu impulsos iniciais ao processo citado.

Ademais, os poucos obstáculos relacionaram-se tanto a fatores internos como o fácil acesso às correntes tecnológicas modernas, quanto externos como a convergência desta forma de desenvolvimento e o novo caráter do imperialismo das nações desenvolvidas. Isto porque o processo de substituição de importações não se restringe, como muitos pensam, apenas pela retirada ou diminuição de bens importados agora produzidos nacionalmente, mas sobretudo, pelo aumento das importações de bens de produção (intermediários e de capital).

Somente no governo JK, em 1956, tem-se o primeiro plano eminentemente de desenvolvimento industrial. O chamado Plano de Metas contemplava investimentos visando superar desníveis setoriais e regionais, canalizando capitais locais, estatais e estrangeiro, visando a endogeneização do setor de bens de produção.

Para gerir estas medidas no contexto econômico nordestino, foi criada ainda no governo JK, em 1959, a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. Esta autarquia era então fruto do estudo “Uma política para o desenvolvimento do Nordeste”, feito pelo GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste). Segundo SOUZA (1979), a ação da SUDENE em seus primeiros anos de vida, deu curso ao espírito do manifesto CEPAL, do qual o desenvolvimento dos países latino-americanos foram influenciados pelo critério de supervalorização da indústria.

Pela interpretação da Comissão Econômica para América Latina – CEPAL, a industrialização é a fórmula única capaz de romper a barreira do subdesenvolvimento. Diz ainda SOUZA:

... Era o objetivo da política industrial para o Nordeste, criar um parque manufatureiro dinamizador da economia regional. Sua finalidade última era alargar até lá a fronteira econômica moderna do país, circunscrita às Regiões Sudeste e Sul.
SOUZA (1979, p. 273)

Portanto, caberia à SUDENE o papel de induzir, de forma veloz tal plano, promovendo a industrialização capaz de efetivar a substituição de importações inter-regionais. Para isso dois fatos eram decisivos: primeiro contar com o apoio da empresa privada e, segundo, com a convergência das medidas dos governos estaduais.

Estabelece-se assim, a concessão de incentivos fiscais federais entre com a intenção de atrair o apoio do empresariado, fornecendo isenções de impostos totais ou parciais para empresas novas ou já existentes, com apoio financeiro através de empréstimos do BNB mediante aval da SUDENE. A concessão de isenções foi assim, uma decisão inovadora no panorama nacional quanto às políticas públicas de indução

do desenvolvimento.

Este sistema foi regulamentado posteriormente, em 1961, através da Lei número 3.995/61 do Artigo 34 do Plano Diretor - SUDENE. Nela especificava-se a isenção de 50% do imposto de renda de pessoas jurídicas com 100% de capital nacional desde que aplicasse seus recursos em projetos elaborados pela Superintendência. Em 1963, uma reforma feita pela Lei 4.239/63 no Artigo 18, ampliava os benefícios às empresas multinacionais e dava liberdade para outros setores, inclusive agropecuária. O sistema de incentivos ficou então conhecido como Sistema 34/18 devido às leis que o institucionalizara.

Para aperfeiçoar o sistema de financiamento aos projetos industriais, foi criado em 1974, o Fundo de Investimentos do Nordeste, FINOR, operado pelo BNB, sob administração da SUDENE. O principal objetivo do FINOR consistiu em centralizar o processo de captação e aplicar critérios padronizados para alocação de recursos disponibilizados aos investidores.

Os investimentos canalizados ao Nordeste, resultado do estímulo gerado pelos incentivos, devem ser analisados pela ótica da ambigüidade de suas diretrizes. Isto porque, como sabemos, a entrada de capitais numa economia via investimentos, aumenta a capacidade produtiva provocando o ciclo do efeito multiplicador fazendo crescer a renda e respectivamente a demanda. Sobre este mecanismo macroeconômico, diz GOMES & VERGOLINO que:

A entrada de capitais autônomos torna o volume de demanda agregada parcialmente independente do nível de renda regional. Vale dizer: a maior ou menor entrada de capitais do tipo FINOR, FNE ou empréstimos (líquidos de amortizações) do BNDES na região, causará, ceteris paribus, variações no mesmo sentido na demanda agregada regional. GOMES & VERGOLINO (p.42)

O autor considera ainda que, mesmo o investimento sendo canalizado para outra região através da aquisição de máquinas e equipamentos, há benefícios no processo de expansão do produto mediante o aumento da capacidade produtiva.

Entretanto, o que vem acontecendo pode apresentar outro lado. As políticas de investimento passam gradativamente a ser definidas de forma não ambígua. Assim, os Estados da região se comprometem nas suas funções fundamentais de suprir com as necessidades básicas da população como saúde, educação, saneamento, segurança, etc. Isto porque reduz-se sua capacidade de financiamento dos investimentos sociais em virtude da queda na arrecadação ocasionada pela renúncia fiscal.

Os programas de desenvolvimento de hoje persistem com algumas

características da SUDENE como a ênfase no setor industrial, a atração através de incentivos, setores intensivos em mão-de-obra capazes de provocar o desenvolvimento local e, grandes investimentos em infra-estrutura. Porém, algumas mudanças peculiarizam o momento atual, como a descentralização das unidades, a escolha de setores competitivos para a região, a presença da terceirização produtiva, dentre outros. Os atuais programas de desenvolvimento são postos mais pela ótica da flexibilização administrativa, levados a cabo principalmente pelos governos estaduais com o uso de mais alguns instrumentos que peculiarizam verdadeira guerra para atrair investimentos. Esta guerra é caracterizada pela oferta de vantagens sendo maioria delas de cunho fiscal como o aguçamento das isenções de impostos.

Mesmo assim, após 30 anos de atuação do Estado com políticas de fomento ao desenvolvimento industrial, a fim de, como vimos anteriormente, atingir-se o desenvolvimento econômico e social com a melhoria nos seus índices, o Nordeste continua apresentando números que revelam uma situação comprometedor quanto a este desenvolvimento.

A indústria gradativamente aumentou sua participação na economia, embora a capacidade de geração de renda via criação de emprego continue limitada. Dentro da realidade nordestina, a pobreza é fator arraigado historicamente, resultando num grande contingente de desempregados e pobres. Fatores conjunturais da economia brasileira contribuíram para o aumento deste contingente, como a adoção de um padrão de crescimento baseado em tecnologia intensiva em capital.

As distorções e tendenciosidades contra o crescimento intensivo em mão-de-obra são aprofundadas nas políticas governamentais, principalmente pelo sistemas de incentivos industriais como o FINOR e o FNE, que elegem setores intensivos em capital para alavancar o desenvolvimento, limitando portanto o emprego, concentrado em sua maior parte na atividade primária.

Assim, a promoção do desenvolvimento, mesmo associado ao aumento da atividade do setor secundário estimulada via incentivos, precisa ser revista de modo a potencializar seus efeitos. É necessário a exclusão dos entraves que invalidam o objetivo primeiro de desenvolvimento, qual seja, o desenvolvimento econômico e social com a conseqüente redução das disparidades inter e intra-regionais.

2.3. Evolução do crescimento e o setor público nordestino

Recentemente o ambiente econômico mundial vem revelando importantes

mudanças. A inserção brasileira em tal ambiente provoca transformações encaradas mais numa concepção legalista de conjuntura globalizante do que como uma forma de alinhar-se aos novos padrões de desenvolvimento internacional. Dentro deste novo cenário, o modelo de desenvolvimento econômico periférico e suas propostas são revisados a fim de demonstrar os renovados aspectos das políticas implementadas nos Estados do Nordeste.

O diagnóstico existente para esta região passa então a ser reconsiderado diante de inúmeros desgastes cujo principal deles é a crise do Estado Desenvolvimentista Brasileiro. Entre outros, SILVA FILHO(1997), enumera alguns fatores que contribuíram para as mudanças, como o esgotamento no modelo de industrialização por substituição de importações, a inserção da economia brasileira no cenário mundial pela vertente da globalização e da formação de blocos, entre outros.

A economia brasileira pós-crise dos anos 70, assume características de crítica vulnerabilidade, comprometendo seu desempenho. É quando se tem início uma fase de constante declínio no crescimento do seu PIB. Entretanto, a economia dos Estados nordestinos foi mais resistente, apresentando taxas anuais de crescimento sempre mais elevadas que a média nacional. A tabela 1 mostra a taxa média de crescimento do PIB no Brasil e no Nordeste para as décadas de 70, 80 e 90(até1998) e para o período completo de 1970-98.

Tabela 1 - Taxa Média de Crescimento Anual do PIB (%) – Brasil , Nordeste e Ceará

	PERÍODOS			
	1970-80	1980-90	1990-98	1970-98
Brasil	8.6	1.6	2.7	4.4
Nordeste	8.7	3.3	3.0	5.1

FONTE: SUDENE/Agregados Regionais

Um conjunto de explicações é colocado para a evidência que os dados acima propõem. As taxas de crescimento do milagre econômico foram afetadas pela crise internacional. A economia Centro-Sul do Brasil, mais diretamente integrada à conjuntura internacional do momento, sofreu maiores conseqüências. As inseguranças derivadas deste processo prolongaram-se pelo anos 80 agravadas pela crise do Estado e a inflação crônica.

Para o Nordeste, como vê-se, a evolução é diferente. Em todos os períodos suas taxas de crescimento superaram a média nacional, em alguns deles chegando na

maioria deles ao dobro da nacional. Este desempenho - principalmente nas duas primeiras décadas – pode ser visto como um resultado da atuação das políticas estatais de desenvolvimento, cuja atuação SUDENE é uma ilustração. Adiciona-se a isto a menor vulnerabilidade nordestina, à economia internacional, segundo visto no parágrafo anterior e por ter suas ligações comerciais neste momento mais ao âmbito inter-regional de que internacional.

Nesta conjuntura, é relevante ressaltar a importância do papel das políticas do governo. Um exemplo claro é a evolução do consumo governamental. A maior parte deste, como lembra COIMBRA (1994), refere-se ao pagamento de salários e compra de bens pelo Estado. Através desta operação, o setor público injeta recursos na economia possibilitando o aquecimento da atividade, de acordo com as medidas efetuadas e setores privilegiados.

Ao se observar a relação do crescimento econômico com a população, alguns pontos chamam a atenção. A tabela 2 mostra as taxas de crescimento anual do PIB *per capita*, ou seja, o produto dividido pela população, para o Brasil, Nordeste e Ceará, no período 1970-98. A taxa cearense quase sempre esteve bem acima das demais, demonstrando sua tendência de crescimento. Isto não ocorreu para o ano de 1990, quando se tem uma variação negativa de (-1,09%), reflexo da queda na atividade produtiva como consequência do início do processo de reorganização administrativa nos anos imediatamente anteriores. Este processo provocou incertezas e queda de investimentos produtivos. O mesmo se verifica para o Nordeste, embora não apresente taxa negativa mas bem próxima de zero (0,42%). As maiores variações são apresentadas durante a fase de maturação do milagre econômico, meados dos anos 70, para os três casos.

Tabela 2 - Taxa média de crescimento do PIB *per capita* (%) - Brasil, Nordeste e Ceará - 1970-98 (base=1980)

ANOS	Taxa Média de Crescimento PIB per capita (%)	
	Nordeste	Brasil
1970	-0,07	4,93
1975	7,92	7,41
1980	5,04	4,69
1985	2,25	-0,87
1990	0,42	0,10
1995	1,23	1,53
1998	2,60	0,63

FONTE: Formulação própria a partir de dados das Contas Regionais/SUDENE.

Assim, os dados mostrados neste capítulo apontam para um quadro onde a evolução do crescimento se mostra favorável, apesar das quedas momentâneas de causas unicamente política/conjunturais. Entretanto, o presente trabalho busca verificar não apenas o crescimento, mas sim, este como condição do desenvolvimento sócio-econômico como afirma as propostas de formulações para o conceito de desenvolvimento, presentes no segundo capítulo.

3. Efeitos das políticas públicas de crescimento econômico sobre os indicadores sociais do Nordeste.

A partir da evolução das variáveis que mensuram crescimento econômico esboçada no penúltimo capítulo, pode-se chegar a conclusão de que com o passar do tempo, no espaço nordestino, houve uma tendência ao crescimento com maior vigor na década de 70 e, embora com taxas mais brandas, permanecendo nos anos seguintes.

Comparando o crescimento anual do PIB do Nordeste ao crescimento de um grupo selecionado de países como China, México, Argentina, E.U.A e Japão, entre 1965-80, GOMES & VERGOLINO (1995) revelam o dinamismo nordestino: cresce com uma taxa de 7,2%, acima dos países mencionados (que foram respectivamente de 4,9%, 6,5%, 3,4%, 2,7% e 6,4%). Concluem os autores que o crescimento econômico da região, comparado aqui em termos estatísticos ao de um país, fica então comprometido pelos grandes problemas que ela apresenta. Estes são em primeiro lugar de ordem sócio-econômica como a distribuição da renda e de riqueza extremamente desigual, que deriva então a precariedade social do Nordeste.

O virtuoso crescimento fica explicado pela intensa atuação do setor público, que agiu principalmente objetivando reduzir as disparidades sociais derivadas de um quadro econômico declinante. Analisando os determinantes do crescimento econômico nordestino, RODRIGUES (1999) enfatiza que os investimentos públicos da região na década de 80 correspondiam a 45% da formação bruta de capital fixo enquanto que para o Brasil, era de 15%. O autor diz que isto reflete a grande participação do Estado na dinâmica do desenvolvimento da região.

Assim, veremos o efeito do desempenho de instrumentos de políticas públicas de investimento em indicadores sociais que revelam aspectos de condições básicas de vida como: acesso a abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica e

escolaridade.

As tabelas 3 e 4 trazem a relação entre determinantes de crescimento e políticas públicas e os indicadores sociais para a população total do Nordeste. Cada parâmetro explicativo é relacionado sem defasagem do efeito na primeira tabela, e com defasagem de tempo de dois anos na segunda.

Para quase todos os indicadores, a melhor regressão foi a que não usou-se defasagem, por apresentarem os maiores índices do (\bar{R}^2) e os menores critérios de Akaike.

Tabela 3 – Determinantes de crescimento e políticas públicas e seus efeitos sobre os indicadores sociais para a população total - Nordeste

Variáveis Explicativas	Variáveis dependentes			
	ANET	ESNET	ENNET	EMNET
	Eq.13 A	Eq.16 A	Eq.19 A	Eq.22 A
CONSTANTE	33,721* (1,778)	34,6558* (2,351)	45,5769** (2,614)	2,7415*** (3,267)
CONSGOVNE	0,2082*** (3,940)	0,1372*** (3,542)	0,1980*** (4,076)	0,0096*** (4,126)
IFINORNE	0,0060 (0,103)	0,0634 (1,575)	0,0002 (0,005)	0,0004 (0,193)
FBKFNE	-0,1641** (-2,092)	-0,1679*** (-4,468)	-0,1954*** (-2,709)	-0,0094** (-2,711)
IPIBPCNE	-0,0849 (-0,393)	0,1232 (0,685)	0,0621 (0,313)	-0,0022 (-0,231)
\bar{R}^2	0,813	0,974	0,871	0,850
DW	1,254	1,847	1,333	1,244
F	18,40	86,00	28,3	23,76
AIC	5,86	3,83	5,69	-0,369
Ano de quebra estrutural	1990	-	1990	1990

Nota: * - coeficiente estatisticamente significantes ao nível de 10%

** - coeficientes estatisticamente significantes ao nível de 5%

*** - coeficientes estatisticamente significantes ao nível de 1%

Todas as regressões tiveram teste F a níveis significantes comprovando a confiabilidade da aceitação do modelo. Isto quer dizer que o efeito conjunto das variáveis explicativas nos parâmetros dependentes estimados neste trabalho é

estatisticamente significativa.

Somente para a regressão onde se estimou o abastecimento de água, o modelo defasado foi mais adequada. Nela, 85,6% dos dados ajustam-se à reta de regressão ($\bar{R}^2 = 0,856$) e o seu AIC é o menor (5,65). Convém ressaltar ainda, que das variáveis explicativas apenas o consumo do governo apresenta relação direta com o abastecimento e, por isto há este hiato de tempo. Pode-se dizer que seu efeito é “compensatório” dado a relação inversa dos outros parâmetros.

O teste de Chow demonstrou uma quebra estrutural em 1990, para o abastecimento de água, energia elétrica e escolaridade média, indicando o impacto das mudanças político-administrativas no desempenho dos indicadores, para maioria dos estados. No esgotamento sanitário, a insuficiência dos dados omitindo algumas seqüências dos anos 80 não permitiu o cálculo do teste.

Tabela 4 – Determinantes de crescimento e políticas públicas e seus efeitos defasados sobre os indicadores sociais para a população total – Nordeste

Variáveis Explicativas	Variáveis dependentes			
	ANET	ESNET	ENNET	EMNET
	Eq.13 B	Eq.16 B	Eq.19 B	Eq.22 B
CONSTANTE	37,4223** (2,192)	23,1864 (1,625)	48,8336*** (2,684)	2,6938*** (2,951)
CONSGOVNE	0,1974*** (4,150)	0,1362** (3,542)	0,1810*** (3,571)	0,0099*** (3,925)
IFINORNE	-0,0169 (-0,323)	0,0617 (1,704)	0,0048 (0,087)	-0,0005 (-0,190)
FBKFNE	-0,1710** (-2,420)	-0,1941*** (-5,040)	-0,2051*** (-2,726)	-0,0079** (-2,094)
IPIBPCNE	-0,0498 (-0,0256)	0,3560* (2,290)	0,0924 (0,446)	-0,0007 (-0,075)
\bar{R}^2	0,856	0,950	0,854	0,837
DW	1,370	2,303	1,197	1,216
F	24,88	44,58	24,47	21,64
AIC	5,65	4,32	5,78	-0,201

Nota: * - coeficiente estatisticamente significantes ao nível de 10%

** - coeficientes estatisticamente significantes ao nível de 5%

*** - coeficientes estatisticamente significantes ao nível de 1%

Quanto ao esgotamento sanitário, energia elétrica e escolaridade média, parece não haver defasagem de tempo no efeito dos parâmetros estimados. Isto ajuda demonstrar a vulnerabilidade destes indicadores sociais às políticas públicas.

As variáveis associadas com sinal negativo indicam possuir relação inversa

com o parâmetro estimado. Isto acontece com a Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF) do setor público para todos os indicadores, implicando a níveis de significância aceitáveis que não há relação direta entre esta e o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, a energia elétrica ou a escolaridade média. Este fato provavelmente deve-se ao efeito da formação bruta de capital fixo se direcionar, no caso nordestino, para fomentar quase exclusivamente o desenvolvimento industrial da região. Portanto não inclui-se aqui o cômputo de índices como o abastecimento de água do setor industrial cuja variável provavelmente estivesse diretamente relacionada.

O consumo do governo para a região está significativamente relacionado com todos os indicadores, em relação à escolaridade média total da região, apenas esta variável se mostrou significativa do ponto de vista estatístico apesar de exercer efeito aparentemente reduzido, com coeficiente de (0,0009).

As variáveis IFINORNE e IPIBPCNE não apresentaram coeficientes estatisticamente significativos em relação aos indicadores sociais apesar de se constituírem em importante fator explicativo para o crescimento econômico da região.

Porém, o PIB *per capita* já começa assumir outro aspecto quando mensura-se seu efeito apenas para o meio urbano. As tabelas 5 e 6, a seguir, mostram a relação entre as mesmas variáveis para o meio urbano do Nordeste. Pode-se através dela visualizar o novo aspecto da relação do PIB *per capita* que passa a ter efeito significativo para o caso da energia elétrica.

Esta maior importância que o PIB *per capita* vai assumindo no setor urbano provavelmente está relacionado ao fato do seu crescimento neste meio, ser bem mais forte que o rural. Isto se explica porque o aquecimento da atividade econômica no período esteve mais associado, como já foi visto, a setores eminentemente urbanos. Os próprios planos de desenvolvimento implementados pelos governos privilegiam a indústria que passam a se instalar predominantemente nos grandes centros urbanos (Recife, Salvador e Fortaleza).

Nas mesmas tabelas percebe-se a permanência da tendência anterior apresentando como melhores regressões para o abastecimento de água aquela com defasagem ($\bar{R}^2 = 0,836$ e AIC = 5,70). No caso do esgotamento sanitário e energia elétrica, aparentemente o melhor ajustamento ocorre no modelo sem defasagem. A situação do (\bar{R}^2) e do (AIC) muda na escolaridade média urbana, onde a regressão de

menor Akaike – sem defasagem (-0,51), não coincidiu com aquela de maior (\bar{R}^2).

Os testes F novamente demonstraram a aceitação da relação do conjunto de variáveis do modelo. O menor valor se deu para o esgotamento devido a ausência de observações para alguns anos da década de 80, como já referiu-se anteriormente.

Quanto as alterações no teste de Chow, ocorrem apenas relativas ao ano de quebra da energia elétrica urbana que é em 1987. As demais situações verificadas antes, permanecem. Reflete-se, desta forma, que o intenso crescimento dos centros urbanos nordestinos causado pelo êxodo rural, altera a elasticidade do número de instalações elétricas neste período onde ocorre a quebra estrutural.

Tabela 5 – Determinantes de crescimento e políticas públicas e seus efeitos sobre os indicadores sociais para a população urbana – Nordeste

Variáveis Explicativas	Variáveis dependentes			
	ANEU	ESNEU	ENNEU	EMNEU
	Eq.14 A	Eq.17 A	Eq.20 A	Eq.23 A
CONSTANTE	49,073** (2,498)	79,7710*** (5,759)	71,1579*** (10,138)	3,6548*** (4,679)
CONSGOVNE	0,1871*** (3,418)	0,0762* (2,094)	0,0536*** (2,743)	0,0079*** (3,426)
IFINORNE	0,0147 (0,238)	0,0358 (0,948)	0,0068 (0,318)	0,0008 (0,335)
FBKFNE	-0,1743** (-2,145)	-0,0341* (-0,201)	-0,0915*** (-3,151)	-0,0086 (-2,673)
IPIBPCNE	0,0134 (0,060)	-0,079 (-2,236)	0,1742** (2,178)	0,0005 (0,063)
\bar{R}^2	0,799	0,988	0,888	0,832
DW	1,247	2,038	1,525	1,188
F	16,97	193,63	33,02	20,90
AIC	5,93	3,08	3,87	-0,51
Ano de quebra estrutural	1990	-	1987	1990

Nota: * - coeficiente estatisticamente significantes ao nível de 10%

** - coeficientes estatisticamente significantes ao nível de 5%

*** - coeficientes estatisticamente significantes ao nível de 1%

O consumo do governo continua sendo a variável de maior correlação principalmente quanto ao abastecimento e ao esgotamento sanitário. Este efeito maior se dá em virtude dos constantes gastos públicos com saneamento básico. Entretanto, ao se isolar tais gastos verificando as características da relação custo-benefício nas

maiores cidades nordestinas, percebe-se que o aumento em políticas de saneamento não foi suficiente para amenizar disparidades causadas pelo processo de adensamento das populações urbanas.

Os efeitos exercidos pelos índices do FINOR não apresentaram níveis de significância aceitáveis, o que indica que a política de incentivos para o setor industrial aparentemente ainda não exerceu o efeito desejável em relação à mudança nos indicadores sociais. No caso das inversões públicas, a formação bruta de capital fixo do setor público continua a correlacionar-se inversamente com todos os indicadores investigados, tanto nos modelos sem defasagem quanto nos modelos defasados, isto pode indicar que os investimentos em infra-estrutura não estão atendendo as demandas sociais no que tange a infra-estrutura residencial.

Tabela 6 – Determinantes de crescimento e políticas públicas e seus efeitos defasados sobre os indicadores sociais para a população urbana - Nordeste

Variáveis Explicativas	Variáveis dependentes			
	ANEU	ESNEU	ENNEU	EMNEU
	Eq.14 B	Eq.17 B	Eq.20 B	Eq.23 B
CONSTANTE	55,7608*** (3,180)	67,3805*** (5,807)	77,4677*** (9,865)	3,7338*** (4,696)
CONSGOVNE	0,1737*** (3,555)	0,0349 (1,389)	0,0473** (2,163)	0,0088*** (3,990)
IFINORNE	-0,2082 (-0,388)	0,0551* (1,874)	0,0073 (0,305)	-0,0008 (-0,334)
FBKFNE	-0,1594** (-2,197)	-0,0951*** (-3,04)	-0,0786** (-2,421)	-0,0061* (-1,877)
IPIBPCNE	0,0199 (0,097)	0,1448 (1,146)	0,1313 (1,467)	-0,0002 (-0,022)
\bar{R}^2	0,836	0,823	0,811	0,840
DW	1,407	2,447	1,020	1,189
F	21,40	11,47	18,20	22,09
AIC	5,70	3,91	4,10	-0,47

Nota: * - coeficiente estatisticamente significantes ao nível de 10%

** - coeficientes estatisticamente significantes ao nível de 5%

*** - coeficientes estatisticamente significantes ao nível de 1%

Apesar de se constituir num indicador social de extrema sensibilidade ao nível de renda, a escolaridade média urbana aparentemente não é afetada pela renda per capita (o coeficiente é negativo, e não significativo aos níveis usuais). Mesmo assim apresentou relação com a variável FBKFNE cujo coeficiente apresentou sinal negativo (-0,0061), reforçando o caráter negativo da inversão pública na região sobre

os indicadores sociais. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, o índice de educação do Nordeste foi de (0,433) em 1970, e em 1996 de (0,714) correspondendo a uma taxa anual de crescimento médio de (1,942) durante um período de quase 30 anos, isto indica que a aparente melhoria no ensino na região seguiu uma trajetória mais autônoma, recebendo influencia positiva apenas da variável consumo do governo.

A reação da escolaridade média aos parâmetros aqui utilizados já foi maior quando estimou-se o meio rural. Como expõe as tabelas 7 e 8, este indicador passa a estar correlacionado significativamente com maior número de variáveis.

As tendências gerais quanto ao aspecto da defasagem dos efeitos dos determinantes estimados, permanecem praticamente as mesmas para a população rural nordestina. As regressões sem defasagens apresentam um maior ajuste dos dados na energia elétrica ($\bar{R}^2=0,88$) e na escolaridade média ($\bar{R}^2=0,87$), coincidindo também nas mesmas regressões o melhor Akaike. O abastecimento de água rural e o esgotamento tiveram melhores alinhamentos de dados à reta deu-se com a regressão defasada – ($\bar{R}^2 = 0,88$ e $0,949$).

Tabela 7 – Determinantes de crescimento e políticas públicas e seus efeitos sobre os indicadores sociais para a população rural - Nordeste

Variáveis Explicativas	Variáveis dependentes			
	ANER	ESNER	ENNER	EMNER
	Eq.15 A	Eq.18 A	Eq.21 A	Eq.24 A
CONSTANTE	1,0055 (0,143)	0,3173*** (0,031)	11,9589 (0,574)	1,0288* (2,031)
CONSGOVNE	0,0759*** (3,894)	0,1613* (6,036)	0,2777*** (4,788)	0,0061*** (4,337)
IFINORNE	-0,0090 (-0,422)	0,0817 (2,941)	-0,0073 (-0,115)	-0,0001 (-0,089)
FBKFNE	-0,0510* (-1,764)	-0,1592* (-6,139)	-0,2136** (-2,480)	-0,0005** (-2,663)
IPIBPCNE	0,0148 (0,185)	0,0835 (0,670)	-0,0349 (-0,147)	0,0013 (0,234)
\bar{R}^2	0,843	0,880	0,881	0,879
DW	1,362	0,760	1,404	1,431
F	22,55	17,52	30,62	30,28
AIC	3,87	3,70	6,05	-1,37
Ano de quebra estrutural	1990	-	1990	1990

Nota: * - coeficiente estatisticamente significantes ao nível de 10%

** - coeficientes estatisticamente significantes ao nível de 5%

*** - coeficientes estatisticamente significantes ao nível de 1%

Os testes de Chow novamente revelaram uma homogeneidade dos anos onde se observa a quebra estrutural, mantendo-se o ano de 1990, como o mais provável para a inflexão dos efeitos das políticas públicas sobre qualidade de vida. Isto indica também homogeneidade nas mudanças das políticas administrativas da maioria dos Estados com relação ao tempo.

Com coeficientes estatisticamente aceitáveis, a FBKF pública da região continua exercendo efeito inverso às variáveis sociais do modelo, refletindo a pouca correlação entre inversões públicas e melhorias na qualidade de vida da população.

Outro aspecto revelado na tabela do setor rural é a baixa sensibilidade dos indicadores sociais aos índices de crescimento e políticas públicas. Analisando a comparação com o meio urbano, observa-se que as variáveis dependentes para o meio rural estiveram significativamente relacionado a um número menor de variáveis.

Tabela 8 – Determinantes de crescimento e políticas públicas e seus efeitos defasados sobre os indicadores sociais para a população rural - Nordeste

Variáveis Explicativas	Variáveis dependentes			
	ANER	ESNER	ENNER	EMNER
	Eq.15 B	Eq.18 B	Eq.21 B	Eq.24 B
CONSTANTE	7,2709 (0,992)	-11,4596 (-0,698)	17,6531 (0,707)	1,2855* (2,063)
CONSGOVNE	0,1236*** (6,054)	0,1187** (3,342)	0,3011*** (4,388)	0,0073*** (4,225)
IFINORNE	0,0045 (0,203)	0,0749 (1,799)	0,0155 (0,206)	0,0005 (0,295)
FBKFNE	-0,0651** (-2,150)	-0,1913*** (-4,325)	-0,2577** (-2,530)	-0,0058** (-2,270)
IPBPCNE	-0,0844 (-1,012)	0,3080 (1,724)	-0,0552 (-0,196)	-0,0016 (-0,228)
\bar{R}^2	0,888	0,949	0,857	0,838
DW	1,497	2,294	1,271	1,288
F	32,97	43,09	25,13	21,74
AIC	3,95	4,60	6,38	-0,96

Nota: * - coeficiente estatisticamente significantes ao nível de 10%

** - coeficientes estatisticamente significantes ao nível de 5%

*** - coeficientes estatisticamente significantes ao nível de 1%

A existência de tal situação está ligada a aspectos como a dependência do campo de recursos hídricos suficientes a atender suas instalações de abastecimento.

Esta dependência torna-se mais séria quando a região está sob efeito de secas frequentes.

Apesar do caráter inverso da maioria das medidas na energia elétrica rural, foi o caso para o Nordeste que apresentou maior efeito da variável consumo do governo: um índice de (0,2777), com nível de significância inferior a 1%. Isto indica o efeito de gastos do governo em programas de eletrificação rural através da ação de projetos das inúmeras associações comunitárias de produtores rurais. Entretanto, faz-se necessário a revisão destes programas, incluindo-se elementos com maior efeito sobre a renda do trabalhador do campo como incentivo às pequenas produções irrigadas.

Num quadro mais geral, pode-se concluir que, para o conjunto de Estados da região Nordeste, a variável de crescimento PIB *per capita* e as de políticas públicas consumo do governo e índice do FINOR exerceram efeitos sobre os indicadores sociais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica e escolaridade média. A FBKF pública esteve, em todos os casos, correlacionada negativamente, indicando relação inversa com os mesmos indicadores sociais. A defasagem de tempo dos efeitos só foi mais significativa no esgotamento sanitário.

4. Conclusões

O presente trabalho buscou estimar a relação de variáveis de políticas públicas e crescimento sobre os indicadores sociais abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica e escolaridade média para Nordeste. Tais indicadores representam aqui parâmetros que expressam a qualidade de vida da população. As variáveis de políticas públicas e de crescimento foram: consumo do governo, formação bruta de capital fixo do setor público, recursos liberados pelo FINOR e PIB *per capita*.

As medidas governamentais a partir dos anos 60 objetivavam atingir o desenvolvimento sócio-econômico do Nordeste, reduzindo a enorme lacuna que separava seus Estados do Centro-Sul. Inúmeras foram as medidas efetivadas neste sentido como a criação de agências de fomento, aumento de gastos do governo em infra-estrutura, acréscimo das inversões públicas, etc.

Tem-se, da década seguinte em diante, o início de uma nova fase na qual o crescimento econômico do Nordeste esteve quase sempre à frente do crescimento nacional. Beneficiadas pela conjuntura favorável e/ou pelas medidas efetivadas, as

taxas de crescimento do PIB *per capita* por exemplo, da região, foi de 7,92% em 1975, e por volta de 5,04% em 1980. As taxas nacionais para estes mesmos anos eram de apenas 7,41% e 4,69%. Nos anos da década de 80 tem-se um abrandamento destas taxas embora a performance nordestina continuou melhor se comparada à nacional.

Entretanto, quando associada aos pressupostos do conceito de desenvolvimento que vai além do dinamismo de variáveis de crescimento e inclui transformações mais profundas e de caráter social qualitativo, a realidade resultante das políticas de desenvolvimento é outra.

A partir dos resultados do trabalho, percebeu-se que o determinante consumo do governo foi o único instrumento de políticas públicas que apresentou relação direta com os indicadores sociais em todas as regressões, ou seja, nos casos total, urbano e rural.

Em todas as situações, a FBKF do setor público esteve inversamente correlacionada às variáveis sociais, indicando inexistência de melhorias a partir das inversões públicas. Onde isto não ocorreu, os coeficientes não foram significativamente aceitáveis. Apesar do intuito desenvolvimentista das inversões, elas eram feitas praticamente por completo no setor produtivo industrial privado.

O programa de fundos de investimento FINOR, criado com o intuito de fundamentar bases financeiras que subsidiasse o desenvolvimento nordestino esteve diretamente ligado à maioria dos indicadores do Nordeste tanto no setor urbano como rural.

Os efeitos dos determinantes nos indicadores a nível rural revelam um quadro de rigidez, sendo grande parte negativamente correlacionados. Quando isto não ocorre, a magnitude dos coeficientes positivos é baixa. Daí a necessidade de implantação de programas mais específicos direcionados ao meio rural, onde a precariedade nas condições de vida se manifesta de forma mais extenuante, sendo uma das causas da rigidez de suas variáveis.

O indicador de crescimento PIB *per capita*, mais usado para indicar melhorias econômicas para o Nordeste como um todo só apresenta efeitos positivos no meio rural.

Da totalidade dos indicadores sociais, a escolaridade média foi o que apresentou menores coeficientes de correlação refletindo pouco efeito das políticas adotadas sobre a melhoria da educação regional. Esta melhoria, apesar de intensa, não tem sido suficiente para superar as disparidades dos índices educacionais nordestino e

cearense como o do PNUD, quando comparados à média nacional.

Desta forma, a qualidade de vida a partir dos indicadores sociais estimados ainda revela-se um pouco defasada quanto às políticas de melhorias implementadas, apesar de significativos avanços.

Expressa-se assim a necessidade de revisão dos inúmeros instrumentos de políticas públicas e pacotes meramente políticos adotadas no Nordeste com o intuito de desenvolver mas que muitas vezes não estão adequadas a realidade na qual são aplicadas. É necessário, de primeira mão, a superação dos desgastes sociais, melhoria nas condições básicas de vida, mudança na consciência daqueles que são sujeitos de todo este processo, para posteriormente se pensar em crescimento como condição de desenvolvimento.

Neste contexto, os resultados aqui apresentados revelam-se como importante instrumentos de avaliação do alcance da política pública, se constituindo em um evidência que aponta para a necessidade de efetivação de investimentos com maiores impactos sociais, porém tais resultados não estão livres de limitações, o reduzido tamanho da amostra e deficiências nas informações amostrais, nos levam a ter certa cautela quanto à magnitude dos efeitos das políticas públicas, apenas com o passar dos anos poderemos avaliar melhor tais efeitos, e concluir com maior grau de segurança se a política industrial da região exercerá no futuro o efeito de multiplicador de renda e qualidade de vida esperado.

Deste modo espera-se que este trabalho não se constitua em um ponto final da discussão, mas que fomenta a pesquisa, a discussão acadêmica e a crítica, de modo a enriquecer o debate sobre um tema tão fascinante e polêmico.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcante de. O progresso social do Nordeste: um balanço de quase meio século. Revista Econômica do Nordeste - REN, Fortaleza, v 28, nº 4, p. 469-490, 1997.

BANCO MUNDIAL. Redução da pobreza, crescimento econômico e equilíbrio fiscal no Estado do Ceará. Relatório do Banco Mundial. Brasília: 1999.

COIMBRA, Ricardo Aquino. Perfil da nova indústria do Ceará no período 1991-1995: determinantes da composição espacial e setorial. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, UFC/CAEN, 1998. Dissertação de Mestrado.

COSTA, Salvo Alves da. O processo de industrialização do Nordeste: uma análise a partir dos incentivos fiscais. Monografia de graduação. Crato: Departamento de

Economia - URCA, 1996, nº 64.

FOLHES, Marcelo Teóphilo “*et al*”. Índice de bem-estar econômico sustentável para o Estado do Ceará. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, UFC, 2000. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio-ambiente.

FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento econômico. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GOMES, Gustavo Maia & VERGOLINO, José Raimundo. A Macroeconomia do desenvolvimento nordestino: 1960/1994. IPEA. Rio de Janeiro: IPEA, 1995.

GUJARATI, Damodar. Econometria básica. 3ª Ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

IBGE. Pesquisa Nacional por amostra de domicílios. PNAD 1980-90. On-line IBGE: Available: <http://www.ibge.gov.br>, 3 de abril de 2001

KMENTA, Jan. Elementos de Econometria, Tradução de Carlos Roberto Vieira Araújo. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1978

KON, Anita. Economia Industrial. São Paulo: Nobel, 1994

RODRIGUES, Anderson da Silva. Capital público, capital humano e crescimento econômico: evidências empíricas para o Brasil e Nordeste no período 1970-96. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará – UFC/CAEN, 1999. Dissertação de Mestrado.

SANDRONI, Paulo. Novo dicionário de economia. 8ª ed. São Paulo: Editora Best Seller, 1994.

SILVA FILHO, Guerino Edécio da. A interpretação para o atraso relativo do Nordeste a partir da teoria do desenvolvimento econômico periférico da Cepal. Revista Econômica do Nordeste - REN, Fortaleza, v 28, nº 4, p. 469-490, 1997.

SOUZA, João Gonçalves de. O Nordeste brasileiro: uma experiência de desenvolvimento regional. Fortaleza: BNB, 1979.

SOUZA, Nali Jesus de. Desenvolvimento econômico. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1997.

SUDENE. Contas Regionais. Estudos Econômicos. On-line SUDENE: Available: <http://www.sudene.gov.br>, 20 de abril de 2001.

TAVARES, Maria da Conceição. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. 10ª ed. Ensaio sobre Economia Brasileira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.